

O dicionário Caldas Aulete Digital: um produto *folk*?

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v51i2.3246>

Terezinha Ferreira de Almeida¹

Resumo

Neste artigo, inscrito no campo da Linguística Popular numa visada integracionista, objetiva-se analisar a produção de verbetes proposta pelo dicionário Aulete Digital supostamente realizada por meio da colaboração aberta ao público, intermediada pela filtragem e edição lexicográfica. Nessa perspectiva, o dicionário Aulete Digital se aproxima do campo da *Folk Linguistic*, ou Linguística Popular, no Brasil (BARONAS; COX, 2019), a qual trabalha com os comentários produzidos por diferentes categorias de falantes (PAVEAU, 2018), que podem realizar práticas linguísticas meta enunciativas de caráter descritivo, prescritivo ou intervencionista. A hipótese é a de que a proposta do dicionário em questão se assemelha em parte com a proposta de uma linguística popular pelo seu caráter colaborativo no qual se admitem colaboradores “profanos”.

Palavras-chave: Linguística Popular; dicionário; intervencionismo.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT), Sorriso, Mato Grosso, Brasil; terezinha.almeida@ifmt.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-6892-8695>

The Caldas Aulete Digital Dictionary: a folk product?

Abstract

In this article, within the field of popular linguistics – Folk Linguistics –, from an integrationist perspective, the objective is to analyze the production of entries proposed by the Aulete Digital Dictionary, supposedly carried out by means of collaboration open to the public, mediated by lexicographical filtering and editing. In this perspective, the Aulete Digital Dictionary approaches the field of Folk Linguistics, or Popular Linguistics, in Brazil (BARONAS; COX, 2019), which works with comments produced by different categories of speakers (PAVEAU, 2018), which can perform meta-enunciative linguistic practices of a descriptive, prescriptive, or interventionist nature. The hypothesis is that the proposal of the dictionary in question is in part similar to the proposal of a popular linguistics because of its collaborative character, in which 'profane' collaborators are admitted.

Keywords: Popular Linguistics; dictionary; interventionism.

Introdução

O advento da rede 2.0, aliado às demandas da vida moderna, tem provocado uma reconfiguração no modo de produção e divulgação do conhecimento científico e a maneira como se acessa esse conhecimento. A busca por conteúdos disponibilizados na tela do computador ou celular tem superado a busca por materiais tradicionalmente impressos. Cientes dessa demanda, o mercado editorial tem ampliado sua atuação para atender aos anseios da vida moderna ao disponibilizar conteúdos digitais em plataformas *on-line* e aplicativos *offline*. A consulta a termos em dicionários e enciclopédias disponibilizados em plataformas digitais tem acompanhado essa tendência, a exemplo da Wikipédia e vários dicionários *on-line*, dentre eles, o Aulete Digital, objeto do atual estudo.

Essa proposta visa a uma análise do dicionário Aulete Digital à luz da Linguística Popular, partido de uma breve retomada dos estudos denominados "História das Ideias Linguísticas" concebidos por Nunes (2006, 2013).

História das Ideias Linguísticas: breve percurso da história dos dicionários brasileiros

Os estudos das Histórias das Ideias Linguísticas (HIL) consideram instrumentos linguísticos como os dicionários, as gramáticas e os manuais como objetos discursivos. Como instrumentos linguísticos também são afetados pelo político. Nos termos de Orlandi (2007, p. 8), "não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político". Nos termos de Nunes, a HIL é afetada por políticas linguísticas

que se materializam também nos instrumentos linguísticos. Dito isso, é possível afirmar que a produção de dicionários brasileiros de língua portuguesa é resultante de políticas linguísticas, mediante as condições de produção, isto é, ao contexto social, histórico e ideológico.

José Horta Nunes, em seu artigo “A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade”, faz uma remissão à história dos dicionários no Brasil, no qual afirma que dicionários brasileiros de língua portuguesa são produtos do século XX. O que precedeu a produção de dicionários brasileiro, segundo Auroux (*apud* NUNES, 2006) nos primeiros séculos de colonização é o que se denominou “exogramatização”², seguido do processo de “endogramatização”³, os quais se deram por transferência tecnológica.

Para analisar o caso brasileiro, partimos do conceito de *transferência tecnológica*, para pensá-la no interior do discurso lexicográfico. Conforme Sylvain Auroux, o aparecimento dos saberes linguísticos em uma determinada “tradição linguística” resulta de um processo que se pode delimitar em um longo intervalo temporal. Essa tradição pode ser *espontânea* ou resultar de uma *transferência tecnológica* (Auroux 1992: 21). O caso brasileiro, a partir do século XVI pode ser considerado como o de uma *transferência tecnológica* em um país de colonização, tal como temos trabalhado no interior do Programa História das Ideias Linguísticas no Brasil (cf. Orlandi 2001). (NUNES, 2013, p. 161).

Nunes prossegue discorrendo acerca dos modos de transferência tecnológica, começando pelo empréstimo, marcado pelo dicionário Moraes, produzido por um brasileiro em solo português. Na sequência, tem-se a complementação que se caracterizou por elaboração de dicionários de complementos, os quais apresentavam listas de regionalismos e “brasileirismos”. Esses dicionários de complementos abordavam aspectos tipicamente brasileiros como topônimos, elementos da fauna e da flora, costumes indígenas e africanos, os quais não chegavam a constituir uma língua, mas acrescentavam ao instrumento anterior o que supostamente escapava ao seu domínio.

2 Ou seja, uma *gramatização* (processo de descrição e instrumentação da língua por meio de instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionários) realizada por falantes não nativos da língua para a qual se dá a transferência. Esse período corresponde à produção de dicionários bilíngues (português-tupi) por missionários jesuítas e outros (NUNES, 2013, p. 161).

3 A partir do século XIX, teve lugar um processo de *endogramatização*, ou seja, uma gramatização efetuada por falantes nativos da língua. Esse segundo período corresponde ao predomínio da produção de dicionários monolíngues brasileiros: inicialmente, dicionários de complemento aos dicionários portugueses, dicionários de regionalismos, de termos técnicos, de brasileirismos; depois, já no século XX, os primeiros grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa (NUNES, 2013, p. 161-162).

O processo seguinte foi o de adaptação do instrumento ao contexto brasileiro, marcando o início da descolonização da língua com a publicação do dicionário Caldas Aulete (1881). O último processo foi considerado uma ruptura, com a publicação do Grande e Novo Dicionário da Língua Portuguesa (GNDLP). Todas essas fases contribuíram para a concepção de dicionário como se tem hoje e refletem as condições de produção, bem como a política linguística adotada em cada espaço temporal. Nunes (2013, p. 163), ancorado nos pressupostos de Orlandi, assevera que “o dicionário não é a língua fluida, e sim uma língua imaginária, e sua história tem a especificidade de sua materialidade”.

Em outro artigo, cujo título é “Sobre a noção de dicionário popular”, resultante de um projeto de pesquisa que visa analisar o discurso popular em dicionários brasileiros de língua portuguesa, Nunes discorre sobre o surgimento de dicionários populares a partir do século XIX. O autor faz três distinções acerca desses instrumentos linguísticos: dicionários sobre o povo, para o povo e do povo.

O dicionário sobre o povo foi concebido para atender ao público letrado. Essas publicações surgem ao final do século XIX e trata-se de dicionários de complemento que versam sobre brasileirismos e regionalismos, demarcando assim uma política linguística de constituição da língua nacional. Emerge nesse sentido o discurso sobre o povo.

O dicionário para o povo surge após esse primeiro momento para atender a classe média urbana trabalhadora que ora começa a ser escolarizada, entre 1930-1940. Trata-se de dicionários de menor extensão e de acesso facilitado, contendo o básico da língua portuguesa acrescido de brasileirismos.

Já o dicionário do povo, que surge a partir dos anos 1970, demarca fortemente a distinção entre língua erudita e o que se concebe como língua popular. São dicionários de expressões populares, ou seja, a linguagem típica de sujeitos não letrados. A diferença entre estes dicionários e os tradicionais é justamente a concepção de linguagem, em que a língua popular é colocada em oposição à língua considerada erudita. Nos termos de Nunes (2006, p. 1031), “O dicionário popular, assim, é um lugar onde se apreciam os rituais cotidianos de modo lúdico, enquanto o dicionário geral parece restringir esse gozo dos acontecimentos e sustentar os sentidos da ordem, do sério e da moral”.

A partir dessa proposta de Nunes, o presente estudo dará continuidade na análise dessa política de línguas, trazendo para os dicionários uma linguagem mais próxima possível da língua fluida em oposto à língua imaginária. O dicionário a ser analisado trata-se do Aulete Digital, cuja proposta se aproxima do que se supõe “dicionário feito pelo povo”. Nessa visada, esse estudo traz a baila a *folk linguistics*, ou linguística popular, como nomeada no Brasil, para balizar as análises.

Linguística Popular: alguns apontamentos

Paveau (2008), em seu artigo “Não linguistas fazem linguística?”, publicado inicialmente em francês na revista *Pratiques* em dezembro de 2008, traduzido e publicado em português por Phellipe Marcel da Silva Esteves na revista *Policromias* em dezembro de 2018, traz à tona discussões acerca do conjunto de práticas linguísticas compreendidas como *folk*.

A existência de um conjunto de práticas linguísticas designáveis como “*folk*” (ou melhor, por todo outro adjetivo estabilizado que compartilhe o mesmo domínio, como *profanas, espontâneas, selvagens, ingênuas, leigas*) não deixa, praticamente, nenhuma dúvida, e um campo de investigação particularmente rico se abriu para os linguistas que se preocupam com quaisquer produções imaginárias e representacionais dos falantes. (PAVEAU, 2018, p. 23).

A autora segue discorrendo acerca de quem são os não linguistas e o que estes pretendem. Paveau, ao propor o termo não linguista o empresta de Preston (*nonlinguistic*) em oposição aos profissionais cuja formação é validada por uma academia ou órgão que regulamente a profissão. Portanto, ser um não linguista é não estar ancorado nesse pressuposto, o que não quer dizer que este não tente descrever/prescrever/intervir na língua, segundo a tipologia proposta por Paveau (2000) para designar as práticas destes (1. Descrições; 2. Prescrições; 3. Intervenções).

Paveau (2018, p. 26) propõe uma classificação “por ‘coeficiente’ decrescente de detenção de um saber linguístico, acompanhada de uma categorização aproximada do tipo de práticas executadas segundo a trilogia mencionada anteriormente”:

- Linguistas profissionais, que fornecem descrições linguísticas;
- Cientistas não linguistas [...] que propõem descrições linguísticas;
- Linguistas amadores [...] que fornecem descrições e prescrições;
- Logófilos, glossomaníacos e outros “loucos da língua”, [...] que, frequentemente, empreenderam intervenções na língua, fosse por invenção, fosse por deformação;
- Preparadores-revisores-redatores que sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
- Escritores, ensaístas [...] do lado da descrição e da prescrição;
- Ludolinguistas (humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras) [...] que fazem descrições-interpretações linguísticas;
- Falantes engajados, militantes ou apaixonados, juristas em suas práticas textuais e orais, centrados na descrição e na intervenção;
- Falantes comuns que misturam, sem dúvida, os três tipos de práticas. (PAVEAU, 2018, p. 26-27).

Apesar de propor uma possível classificação de linguistas *folks*, Paveau (2018, p. 27-28) pontua que tais posições são instáveis, o que possibilita ao falante transitar entre elas:

Tais posições não são, evidentemente, discretas, mas porosas e até mesmo transversais, podendo um falante passar de uma posição a outra [...] A porosidade das posições implica, igualmente, uma porosidade de saberes: os saberes linguísticos são transmitidos para os da linguística *folk*, e vice-versa. A meu ver, não há, com efeito, isolamento possível das categorias nesse domínio: os saberes linguísticos ditos “estudados” ou “científicos” não são neutralizados da consciência epilinguística dos falantes.

Paveau (2018) defende três posições que podem ser adotadas frente aos saberes da linguística popular, que são: eliminativa, intermediária e integracionista.

Para a teoria eliminativa, a linguística popular não se firma como ciência, dada a sua fragilidade quanto ao seu caráter científico, visto que sua essência é intuitiva, sem respaldo empírico. Já na teoria intermediária, admite-se que os dados da linguística popular são aceitáveis, contudo não servem de sustentáculo para uma teoria da linguagem, dada a sua incompletude. Já na visada integracionista, a linguística popular passa a ser objeto de estudo dos linguistas profissionais, dessa forma, “os enunciados *folk* não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos, a serem integrados aos dados científicos da linguística (PAVEAU, 2018, p. 23). Ainda segundo Paveau (2018, p. 36-37), “essa posição insiste sobre os saberes dos não linguistas, saberes legítimos e reconhecíveis como tais. D. Preston e N. Niedzielski o afirmam imediatamente em sua síntese: ‘Se o povo fala sobre a linguagem, ele deve, claro, saber (ou pelo menos acreditar que sabe) sobre isso’ (1999: 10)”.

A proposta de estudo é analisar um dicionário disponível em plataforma digital gratuita, o Aulete Digital. A hipótese é que o dicionário em questão se assemelha em parte com a proposta de uma linguística popular pelo seu caráter colaborativo. Seguindo a mesma linha proposta por Nunes, um dicionário “pelo povo”, portanto um dicionário *folk*, dentro do que Achar-Bayle em companhia de Paveau (2019, p. 4260) concebem pela designação *folk*.

Propomos por enquanto chamar *popular* o saber espontâneo dos atores sociais sobre o mundo – depositado entre outros espaços nos provérbios e nos ditos populares, por exemplo –, que se diferencia do saber acadêmico ou científico, da mesma maneira que o saber prático se distingue do saber teórico. O saber espontâneo é constituído de saberes empíricos, não suscetíveis de verificação lógica – o saber espontâneo não é verdadeiro nem falso, visto que é um *saber aproximativo*, como explica F. Markovits (1999) – e também de crenças que

constituem guias para a ação dos atores sociais: as lendas urbanas ou as influências da lua sobre as plantações ou ainda se o céu está mais ou menos nublado como possibilidade de chuva são crenças reveladas do saber espontâneo.

No que tange à História das Ideias Linguísticas, supõe-se uma tendência à valorização da interatividade entre autor e leitor, uma tentativa de aproximação do instrumento discursivo, neste caso o dicionário digital, com o seu público, uma proposta que reconfigura, pelo menos a princípio, a linguagem imaginária própria desses instrumentos para uma linguagem fluida, visto que o usuário da língua passa a ser também seu descritor.

Projeto Aulete Digital: moderno à moda antiga?

O dicionário Caldas Aulete teve sua primeira publicação em 1881, marcando o início da descolonização linguística no Brasil. Nessa mesma linha de inovação surge o Aulete Digital, lançado pela editora Lexikon em agosto de 2007. A versão digital foi precedida pela versão impressa do Minidicionário Caldas Aulete, em 2004, que segundo o próprio portal⁴ que disponibiliza a versão digital, teve grande aceitação dos usuários, especialistas e do Ministério da Educação, que adquiriu em grande quantidade para atender alunos do ensino fundamental das escolas públicas do país. A pretensão dos editores do Caldas Aulete é proporcionar a interação com os usuários da língua, democratizando o conhecimento, conforme texto de apresentação disposto na plataforma de apresentação do projeto de 2014:

O novo Caldas Aulete não nasceu para ser apenas um livro na estante. Foi criado para interagir com os usuários da língua, para compartilhar e democratizar o conhecimento. Nasceu para ser uma obra aberta, viva, mudando e crescendo junto com a língua, e com isso tornar-se o maior banco de dados do idioma. (LEXIKON, 2014, p. 1).

Proposto como obra aberta e viva, o Aulete Digital ambiciona se tornar o maior banco de dados do idioma ao contar com a colaboração direta de seus usuários, o que promoveria, assim, um processo contínuo de revisão, uma obra sempre aberta para novas inserções. Segundo Siveris (2018, p. 154), ao analisar a política de constituição do Dicionário Caldas Aulete Digital,

O item lexical *interagir* faz ressoar sentidos de uma memória discursiva que remete à área educacional relacionada à informática, que denota em seus discursos a relação entre a tecnologia e os sujeitos usuários das ferramentas. Já *“compartilhar e democratizar o conhecimento”* é o discurso de todas as áreas educacionais,

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3Nel2KG>. Acesso em: 15 fev. 2021.

principalmente quando o público-alvo é constituído pelas forças orgânicas da sociedade. O que implica compartilhar e democratizar o conhecimento pensando em um dicionário? Significa que o objetivo é tornar o conhecimento acessível a todos e não apenas deixá-lo restrito a um grupo específico.

Para atender a essa proposta de atualização constante, o Caldas Aulete compartilha o processo de produção com todos os usuários da língua portuguesa.

O primeiro passo foi dado no final de 2006. Além da versão do mini disponível nas livrarias, o Caldas Aulete chegou à internet em agosto de 2007, em sua primeira versão, para cuja correção e ampliação todos os usuários da língua portuguesa podem e vão poder colaborar. Em outubro de 2008, foi lançada a primeira versão web do Aulete, o *idicionário* Aulete, com o mesmo conteúdo de verbetes, mas com acesso livre na internet, sem *download*, sem executável. Em 2010, o Aulete chegou aos *smartphones*, em 2014, a aplicativos para dispositivos móveis. (LEXIKON, 2014, p. 1)⁵.

Siveris (2018, p. 154-155) faz uma observação quanto às características do Caldas Aulete Digital em relação à forma de acesso ao conteúdo disponibilizado.

Contudo, a restrição ao acesso dos verbetes acaba acontecendo na medida em que é necessário observar as características deste dicionário [...] A caracterização que aí se apresenta é: 1) disponibilidade de computadores e 2) acesso à internet. Cada vez mais os sujeitos têm acesso às ferramentas tecnológicas e à rede mundial de computadores, seja no ambiente escolar, seja no ambiente de trabalho. Entretanto, ainda assim não engloba todos os sujeitos falantes de Língua Portuguesa.

Segundo a afirmação, “podem e vão poder colaborar”, o Caldas Aulete Digital se aproxima do que se propõe como ‘língua real’ ao considerar o usuário da língua portuguesa como um potencial produtor de conteúdo para o seu dicionário. Essa proposta abre a produção dos verbetes para a contribuição dos detentores profanos de saberes ou de saberes profanos, nos termos de Paveau (2019). A versão digital do dicionário dispõe duas versões para consulta. Uma consiste no que se concebe como verbe original e a outra como verbe atualizado:

5 Disponível em: https://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=o_que_e. Acesso em: 22 mar. 2023.

Figura 1. Consulta ao verbete “quarentena” na versão do verbete atualizado



Fonte: Aulete Digital. Acesso em: 26 nov. 2020

Figura 2. Consulta ao verbete “quarentena” na versão do verbete original



Fonte: Aulete Digital. Acesso em: 26 nov. 2020

No entanto, mesmo se configurando como uma proposta inovadora nesse nicho de atuação, que é a produção de dicionários, algo que a linguística caracteriza como descrição da língua, que ora se propõe interativa, o Aulete Digital transita entre o descritor e o prescritor ao ampliar sua proposta que vai além de um dicionário disponível à consulta

ao léxico. O Aulete Digital disponibiliza ainda uma gramática que pode ser consultada também *on-line*: “Ainda em 2014, a Lexikon estende sua plataforma de referência digital integrando o Aulete numa verdadeira rede de informação linguística: dicionário léxico; dicionário analógico, ou Thesaurus; gramática da língua portuguesa” (LEXIKON, 2015, p. 2).

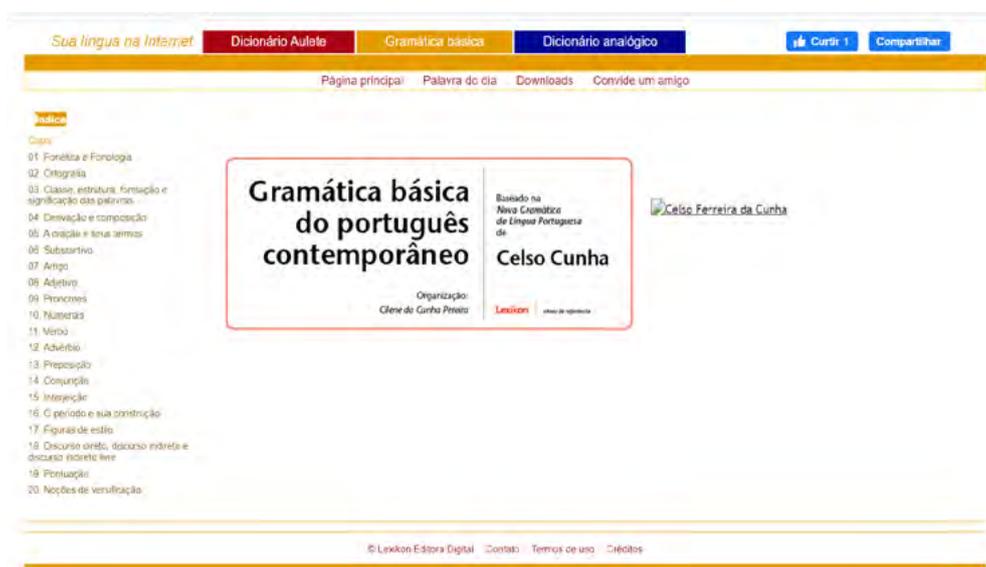
Na tela do Caldas Aulete digital, além de todas as funções de acesso e de obtenção de informação (conjugação de verbos, obtenção de palavras começadas, terminadas ou que têm no meio certo grupo de letras, notas, pesquisa reversa, pesquisa *full text*, sinônimos, obtenção de abonações por autor, de verbetes por rubrica e muito mais, o usuário poderá consultar a partir do verbete atualizado, o verbete original e vice-versa. (LEXIKON, 2015, p. 3).

Figura 3. Consulta ao verbete “quarentena” na versão do dicionário analógico (Thesaurus)

The screenshot displays the 'Dicionário Analógico' interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'Sua língua na Internet', 'Dicionário Aulete', 'Gramática básica', and 'Dicionário analógico'. Below this is a secondary navigation bar with 'Página principal', 'Palavra do dia', 'Downloads', and 'Convide um amigo'. The main content area features the 'Analógico DIGITAL' logo and a search input field. A scrollable list titled 'Índice de verbetes' is visible, with 'quarentena' highlighted. To the right of the list, a diagram shows 'quarentena' in a central red box, connected by yellow lines to four other red boxes: 'Segurança' (top-left), 'Preservação' (top-right), 'Período' (bottom-left), and 'Numerais cardinais' (bottom-right).

Fonte: Aulete Digital. Acesso em: 26 nov. 2020

Figura 4. Gramática básica do português contemporâneo



Fonte: Aulete Digital. Acesso em: 26 nov. 2020

Apesar de se apresentar como inovador e ancorado no uso real da língua portuguesa, o dicionário Aulete Digital não inclui em seu acervo, até a data deste estudo, termos recentes e que circulam amplamente entre os usuários de língua portuguesa, como os estrangeirismos “*lockdown*”, que circulou amplamente durante o ano de 2020 em virtude da pandemia da COVID-19, eleita a palavra do ano pelo dicionário Collins⁶ e “*fake news*”, também eleita a palavra do ano em 2017⁷ pelo mesmo dicionário, em virtude das eleições presidenciais dos Estados Unidos. Assim como os dois termos exemplificados, o Aulete Digital ainda não incluiu uma série de outros termos que emergiram nos últimos anos em decorrência do contexto sócio-político.

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/11/10/lockdown-e-eleita-a-palavra-do-ano-2020-pelo-dicionario-collins.ghtml>. Acesso em: 22 mar. 2022.

7 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41843695>. Acesso em: 22 mar. 2022.

Figura 5. Consulta ao verbete 'lockdown'



Fonte: Aulete Digital. Acesso em: 18 fev. 2021

Figura 6. Consulta ao verbete 'fake news'



Fonte: Aulete Digital. Acesso em: 18 fev. 2021

Sobre a colaboração de leitores

Na seção explicativa do projeto do Aulete Digital, intitulada "Você faz a língua Portuguesa", tem-se os seguintes dizeres:

Uma língua não é construída por lexicógrafos, filólogos ou gramáticos. Eles registram e sistematizam, mas quem a faz, sobretudo, é quem a usa no cotidiano, falando, escrevendo, lendo, cantando, etc. Para a primeira versão do dicionário, disponibilizada em fins de 2006 e em fase de revisão final, você pode apontar erros e/ou omissões. E a qualquer tempo, agora ou no futuro, você pode contribuir

para a ampliação dos registros de nossa língua, ajudando a criar um dicionário mais completo, cada vez que perceber o uso de um novo significado para palavra já existente, um neologismo, um aportuguesamento de palavras originárias de outros idiomas etc. (LEXIKON, 2006, p. 2).

Essa afirmação de concepção de saberes linguísticos corrobora com a visada integrativa da *Folk linguistic* proposta por Paveau, reconhecendo o falante comum como produtor também de conhecimento a ser considerado pela academia. O Aulete Digital, enquanto política de língua, se mostra aberto e democrático, considerando a mobilidade do uso da língua.

Com esse objetivo, o Caldas Aulete se propõe a ser uma obra aberta, que muda e cresce junto com a língua, ao registrar falares do campo, das cidades, das ruas e das oficinas, de Norte a Sul, ou Leste a Oeste, em todos os continentes onde se fala o português. Não é tarefa fácil. Mas é, certamente, um desafio que pode ser vencido com a sua colaboração, independente de sua profissão, posição social ou lugar onde vive. Ajude a enriquecer o registro da língua portuguesa mandando para nós uma nova definição de uma palavra conhecida, ou mesmo um vocábulo ou expressão que nunca antes tenha sido registrado em dicionário. Juntos, nós faremos do Caldas Aulete o mais abrangente e atualizado acervo da língua portuguesa. (LEXIKON, 2006, p. 2).

Ao mencionar “falares do campo, das cidades, das ruas e das oficinas, de Norte a Sul, ou de Leste a Oeste”, o projeto do Aulete Digital visa a integrar todas as formas de falares, incluindo os antes demarcados como regionalismos em um único idioma, destacando o falar camponês concebido como caipira, como também a fala característica de determinadas atuações profissionais, como o de oficina. Ao complementar “em todos os continentes onde se fala o português”, o Aulete ambiciosa estender sua atuação para os demais países que compõem a CPLP (Comunidade de Países Falantes de Língua Portuguesa). O usuário é incentivado a participar desse projeto, independente da formação acadêmica que possui ou não, posição social ou região procedente. Essa proposição constante no projeto do Aulete Digital rompe com o modelo tradicional de concepção de língua, retirando as estacas da demarcação entre língua erudita e regionalismos, bem como do saber legitimado da academia e a *Folk Science*.

A Língua Portuguesa – como qualquer outra – é um organismo vivo, em constante mutação. Enquanto novas palavras são incorporadas ao uso geral, outras caem em desuso. Como conciliar essa dinâmica da língua com a rigidez dos dicionários? Numa experiência pioneira no Brasil, o Aulete Digital convida casa usuário a ser um co-autor da obra, contribuindo para a ampliação dos registros da nossa língua. Cada contribuição ajudará a criar um dicionário mais completo, cada vez que for notado o uso de uma nova palavra ou um novo significado para palavras

já existente, um neologismo ou o aportuguesamento de palavras originárias de outros idiomas. Além disso, como o dicionário está em construção e em processo de revisão, o usuário poderá sugerir tanto correções de eventuais erros como melhoras nas funções de software. (LEXIKON, 2006, p. 2-3).

O projeto do Aulete Digital ressalta a organicidade da língua falada no sentido de reconhecer que essa característica provoca mudanças como desuso e acréscimo de termo. O pioneirismo da proposta consiste em considerar a contribuição do usuário, antes mero consumidor do produto dicionário, como também a revisão e alteração do acervo de maneira contínua, feito impraticável na versão impressa, a qual demanda longo processo entre editoração, impressão e circulação.

Retomando ao aspecto da colaboração por parte dos usuários da língua portuguesa para a constituição do que seria “o conceito revolucionário de um dicionário de crescimento infinito, sempre atualizado, sempre em interação com o uso da língua” (LEXIKON, 2014, p. 2), o projeto do Aulete Digital em formato colaborativo prevê a intervenção, filtragem e edição lexicográfica, o que demarca o crivo responsável da editora.

A colaboração aberta ao público permitirá, após as devidas e necessárias filtragem e edição lexicográfica, que o acervo de palavras contemplado se confunda com o universo da língua tal como verdadeiramente usada em todos os níveis, lugares e épocas, a partir de seu uso, e de seus usuários. (LEXIKON, 2014, p. 2).

A intervenção da editora na colaboração dos usuários demarca o espaço do saber legitimado do especialista da linguagem. A atuação profissional fará a integração da contribuição dos usuários da língua portuguesa ao acervo de forma que o universo da língua real se (con) funda com o léxico já presente.

Em relação ao fiador, o Caldas Aulete elege dois órgãos de comunicação de reconhecimento público, um jornal da região sudeste, *O Estado de São Paulo*, e a emissora de canal aberto de televisão, também da região sudeste, de alcance nacional. Os dois canais de comunicação passam a ocupar o lugar que tradicionalmente era próprio das obras literárias, as quais figuravam como exemplo nas explicações dos verbetes.

Para dar início a essa colaboração dos usuários da língua em tempo real, o Caldas Aulete terá, em seu primeiro momento, como parceiros na construção do *corpus* da língua portuguesa o jornal *O Estado de São Paulo* e a Rede Globo de Televisão, instituições que têm na língua seu instrumento de comunicação, e que representam um universo de seu uso real em praticamente todos os setores da vida contemporânea, no Brasil e no mundo. (LEXIKON, 2006, p. 2).

Para ser um colaborador, é necessário efetuar o cadastro no *site* da editora Lexikon e preencher a ficha de colaboração, mencionando, além do vocábulo, ou sugestão de correção ou melhoria, a fonte onde este aparece com tal significado. Feito isso, o colaborador deverá se identificar, para que, caso a contribuição seja aceita pelos lexicógrafos responsáveis pelo Caldas Aulete, seu nome conste numa lista de colaboradores. No entanto, tanto a página para onde o *site* direciona para que o cadastro seja efetuado inexistente no domínio, tampouco é possível encontrar a lista de colaboradores aceitos. Isso talvez ocorra porque não houve colaboração externa e os editores sejam os próprios da Lexikon editora.

Sobre a natureza dos dicionários colaborativos *on-line*

Kaja Dolar (2021, p. 126) discorre acerca das características inerentes aos dicionários colaborativos *on-line*, os quais a autora denomina objetos metalinguísticos profanos, a saber: “a flutuação da metalinguagem científica para a ordinária, os comentários metaenunciativos, bem como a experiência pessoal como estratégia para aumentar a legitimidade do verbete proposto podem também co-habitar e se combinar”. Sobre o processo lexicográfico, Dolar (2021, p. 115) descreve três possibilidades de constituição dos dicionários colaborativos *on-line*:

Os dicionários inteiramente colaborativos nos quais, sem nenhum tipo de mediação editorial, as contribuições dos internautas são diretamente publicadas no *site*; os dicionários colaborativos com a validação dos verbetes propostos antes da publicação. Essa etapa pode ser efetuada tanto pelos internautas quanto pelo administrador do *site*, o webmaster; os dicionários parcialmente ou semi-colaborativos, são bases lexicais em que o webmaster ou o editor administra as proposições dos internautas e realiza um verdadeiro tratamento editorial.

Seguindo a proposição da autora, há três categorias de dicionários colaborativos *on-line*, sendo o inteiramente colaborativo, o colaborativo com validação de internautas ou do administrador e o semi-colaborativo, o qual é submetido a um tratamento editorial profissional. Diante dessa categorização, o projeto do dicionário Caldas Aulete Digital se encaixa no modelo semi-colaborativo, visto que prevê filtragem e edição lexicográfica por parte de sua equipe de profissionais.

Para efeito de fim

A proposta do Caldas Aulete Digital em abrir-se à participação do público é um aceno à mudança quanto à política de língua, contudo ainda não efetiva. Ainda há o controle sobre a língua. De acordo com Siveris (2018, p. 158):

[...] ressaltar que as colaborações dos usuários da língua passem por *filtragem* e *edição lexicográfica* corresponde à busca pelo controle sobre a língua, isto é, delimitar interesses, formatar e colocar em moldes específicos do *Dicionário Caldas Aulete Digital* a língua, silenciando sentidos, restringindo ao olhar do lexicógrafo o efeito das práticas sócio-históricas. A intervenção lexicográfica nas colaborações é feita pela equipe de editores e lexicógrafos do dicionário. Os sujeitos leigos enviam os verbetes e suas acepções, ou alguma sugestão de supressão e/ou acréscimo a algum verbeito já lexicografado, e os sujeitos lexicógrafos analisam-nos, autorizando ou não sua inserção no dicionário, exercendo, assim, certo controle sobre a língua a ser dicionarizada. A análise, a filtragem e a edição dos verbetes também podem levar à exclusão das relações dialéticas de constituição dos sentidos ou à exclusão de sentidos oriundos do funcionamento da língua fora dos padrões linguísticos impostos culturalmente, isto é, das forças orgânicas da infraestrutura.

A intenção registrada na proposta do projeto do Caldas Aulete Digital em muito se aproxima às teorias da linguística *folk*, pois vislumbra uma possibilidade de valorizar os saberes profanos de locutores profanos. Contudo, como apontado por Siveris, os saberes profanos, nessa proposta, necessitariam da chancela dos especialistas da língua. Nesse aspecto, o Caldas Aulete Digital apenas flerta com a possibilidade de construção colaborativa, numa visada talvez integrativa da linguística popular. Vale também mencionar os veículos de comunicação instituídos como fiadores, sobre os quais não se pode afirmar que sejam representativos de todos os falantes da língua portuguesa, ou que são exemplos do uso real da língua, considerando que esses veículos se utilizam da forma padrão da língua.

Importante lembrar que não foram encontradas evidências de que ocorreram tais colaborações de fato, visto que não foi possível encontrar o formulário de inscrição, tampouco a lista com os possíveis usuários colaboradores. O projeto que ora se mostra pioneiro e inovador por projetar uma abertura à participação do usuário retoma seu caráter regulador, disponibilizando gramática para consulta gratuita, outro instrumento que visa normatizar a linguagem dos falantes, de acordo com a norma considerada padrão.

REFERÊNCIAS

ACHARD-BAYLE, G.; PAVEAU, M.-A. Linguística popular – a linguística ‘fora do templo’: Definição, geografia e dimensões. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 16, n. 4, p. 4257-4270, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4257>. Acesso em: 22 jan. 2020.

DOLAR, K. Os dicionários colaborativos *on-line*: objetos metalinguísticos profanos. Tradução de Roberto Leiser Baronas. In: BARONAS, R. L.; GONÇALVES, M. R. B.; SANTOS, J. A. B. (org.). *Linguística popular: contribuições às ciências da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2021. p. 111-131. Disponível em: <https://www.letraria.net/linguistica-popular-contribuicoes-as-ciencias-da-linguagem/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

LEXIKON. *Projeto do Dicionário Aulete Digital*. 2006. Disponível em: <http://www.auletedigital.com.br/download.html>. Acesso em: 22 nov. 2020.

LEXIKON. *Projeto do Dicionário Aulete Digital*. 2014. Disponível em: http://www.aulete.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=o_que_e. Acesso em: 22 nov. 2020.

NUNES, J. H. Sobre a noção de dicionário popular. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. XXXV, p. 1028-1032, 2006. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/6.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

NUNES, J. H. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, v. 2, p. 159-172, 2013. Disponível em: [http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/nunes-RAHL-\(2\)2013.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/nunes-RAHL-(2)2013.pdf). Acesso em: 13 fev. 2021.

ORLANDI, E. *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. Tradução de Phellipe Marcel da Silva Esteves. *Policromias*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 21-45, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/issue/download/1175/622>. Acesso em: 10 out. 2020.

SIVERIS, D. *Política de Constituição do Dicionário Caldas Aulete Digital*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179407>. Acesso em: 27 nov. 2020.